



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 24 Nº 08
Agosto de 2015

Impactos regionais da desaceleração no RS

A configuração regional do Rio Grande do Sul vem apresentando transformações importantes desde o início deste século, com o crescimento de Rio Grande a partir do Polo Naval e a expansão significativa da região de Caxias do Sul. A aglomeração centrada em Porto Alegre cresce nos municípios adjacentes à Capital e transborda para os Vales do Caí, do Taquari e do Rio Pardo. O aumento dos preços das *commodities* agrícolas ajuda a agropecuária e a agroindústria da Campanha e do noroeste do Estado.

Nos últimos meses, como o resto do País e boa parte do Mundo, o Estado viu diminuir o crescimento: o Produto Interno Bruto (PIB) recuou 1,3% no primeiro trimestre de 2015, em relação ao mesmo período de 2014. O novo cenário pode modificar tendências regionais, mas é difícil captar isso, pelas barreiras técnicas à produção de dados conjunturais regionais. Uma forma de identificar essas tendências é analisar dados setoriais e, pela estrutura das regiões, inferir o impacto nestas. Dados de admissões e desligamentos no emprego formal, divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, dão pistas sobre movimentos recentes. Mesmo sem o rigor ideal, a importância de entender as mudanças justifica o esforço.

A retração é mais forte na indústria, cuja produção física estadual caiu 11,5% nos cinco primeiros meses de 2015, quando comparada à do mesmo período de 2014, segundo a Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As produções de máquinas e equipamentos e de veículos automotores caíram 25% e 29% respectivamente. O impacto maior tende a ocorrer nas regiões nordeste (eixo Porto Alegre-Caxias do Sul), sudeste (Rio Grande) e noroeste (nos vários centros regionais). Dados do Caged mostram saldo negativo de admissões frente a desligamentos na indústria, nesses locais, nos últimos 12 meses: 12.300 nos principais centros da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), 11.000 na região de Caxias do Sul, 2.500 na região de Rio Grande e 4.000 nas principais cidades do noroeste.

Nos empregos formais não industriais, a RMPA e, acima de tudo, Rio Grande apresentam perdas significativas. Nas cidades da RMPA, cai o emprego da construção civil e há comportamento heterogêneo do comércio e dos serviços; em Rio Grande, há queda consistente nesses três setores. Juntos à indústria, eles respondem pela maioria dos empregos no município, indicando dificuldades generalizadas. As regiões de Caxias do Sul e noroeste apresentam heterogeneidade

interna, mas ambas têm saldo estável. Nas demais regiões, menos dependentes da indústria, também há estabilidade.

Mesmo atingidas em cheio em setores importantes, a aglomeração de Porto Alegre e a de Caxias do Sul têm estrutura produtiva mais sólida e diversificada e capacidade atrativa elevada, indicando maior resistência a dificuldades. Rio Grande tem crescimento recente, após décadas de decadência relativa. A cidade depende do Polo Naval e da Petrobrás, com pouca capacidade de atrair outros setores, o que a torna vulnerável: uma retração do Polo pode abortar a recente expansão, afundando consigo a economia local vinculada à renda industrial. A direção da política de investimentos da Petrobrás, ainda incerta, terá impacto decisivo na perspectiva de Rio Grande seguir atraindo investimentos e população para o sul do Estado.

A agricultura apresentou safras recordes em 2013/14 e 2014/15, mas a queda dos preços das *commodities* impediu um crescimento expressivo em valor, em especial, da soja, ainda que a recente desvalorização cambial compense a rentabilidade no primeiro momento. A perspectiva da manutenção de preços baixos preocupa, em especial pelos seus efeitos nas regiões noroeste e sudoeste, cujas economias giram em torno da agropecuária e da agroindústria. A região noroeste é prejudicada na sua produção de soja e na sua agroindústria, mas a diversidade produtiva e a estrutura de pequena propriedade fundiária podem minimizar impactos negativos e oferecer alternativas. A crescente dependência em relação à soja, porém, pode tornar a região vulnerável. No sudoeste, encontra-se uma economia com propriedade da terra mais concentrada e pouca diversidade produtiva. Com os preços do arroz e da carne estagnados, a dinâmica de crescimento tem pouca perspectiva de retomada.

Se não forem encontradas saídas para o crescimento dessas regiões, a manutenção de baixos preços das *commodities* pode aumentar a migração para o nordeste do Estado, onde o mercado informal oferece mais alternativas e a perspectiva de retomada do crescimento é maior. Esse movimento agravaria problemas demográficos e sociais no noroeste e no sudoeste.

É cedo para afirmar como cada região reagirá e qual a profundidade das mudanças. Entendê-las é importante para enfrentar os novos cenários e buscar um desenvolvimento que potencialize todas as regiões do Rio Grande do Sul.

Jaime Carrion Fialkow
Economista, Pesquisador da FEE

Reflexos do ajuste monetário sobre a dívida das famílias brasileiras

O ajuste que está sendo colocado em prática no País repercute, de diversas formas, no cotidiano dos brasileiros. A preocupação com os reflexos das medidas restritivas promovidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos bancos públicos deve-se aos efeitos previsíveis sobre o comportamento das demais instituições financeiras, que, por sua vez, incidirão diretamente no orçamento familiar, tanto via emprego e renda quanto via custo das dívidas. Nesse ínterim, apresentam-se o endividamento e o comprometimento da renda das famílias no País, a fim de se perceber a repercussão de algumas das medidas recentes.

O endividamento das famílias é medido por meio da relação entre o saldo da dívida e a renda acumulada anualmente. Tal indicador cresceu ao longo da última década, em grande parte, devido à parcela imobiliária. O endividamento passou de 20,3% em 2005 para 46,3% em maio de 2015, sendo que, dos 26 p.p. de aumento, cerca de 19 p.p. se devem à parcela habitacional da dívida. Além disso, não fosse esse segmento, o endividamento das famílias estaria caindo desde o fim de 2011. Nesse sentido, algumas medidas restritivas atualmente praticadas pelos bancos públicos, como a diminuição da parcela financiável do imóvel e o aumento dos juros, tendem a arrefecer o crescimento do crédito habitacional e conter o segmento, que se mantinha expandindo a taxas elevadas.

É inegável a importância do crédito como um dos principais estímulos ao crescimento econômico durante a última década. Entretanto o perfil da dívida contraída pelas famílias exige atenção dos formuladores de política econômica, bem como das próprias instituições financeiras, a fim de que se perceba o impacto negativo que um aumento dos juros pode causar. O comprometimento da renda das famílias é um indicador, divulgado pelo Bacen, que calcula a parcela da renda mensal das famílias destinada ao pagamento de juros e à amortização das dívidas. Apresenta-se uma estimativa da decomposição desse indicador em seus variados segmentos.

Em maio deste ano, as famílias brasileiras comprometeram 20,7% da sua renda com o pagamento de dívidas. Apesar de o crédito imobiliário representar quase 42% do saldo da dívida das pessoas físicas, ele compromete somente 2,4% da renda mensal. O prazo médio de aproximadamente 30 anos, aliado às taxas de juros menores, explica essa situação.

Nos últimos anos, o segmento de crédito para aquisição e arrendamento de veículos tem reduzido sua importância e, atualmente, compromete 3,7% da renda. O crédito não consignado mantém-se estável, gerando encargos que representam 2,9% da renda.

O crédito consignado corresponde a 23,6% do saldo da dívida e, desde sua regulamentação, em 2004, é destaque no crédito pessoal. A facilidade de contratação e o baixo risco para os bancos, aliados a menores taxas de juros, fazem com que o segmento comprometa 4,0% da renda mensal. A recente ampliação do limite para sua utilização é importante, visto que se constitui em uma alternativa mais acessível para a aquisição de dívidas mais caras.

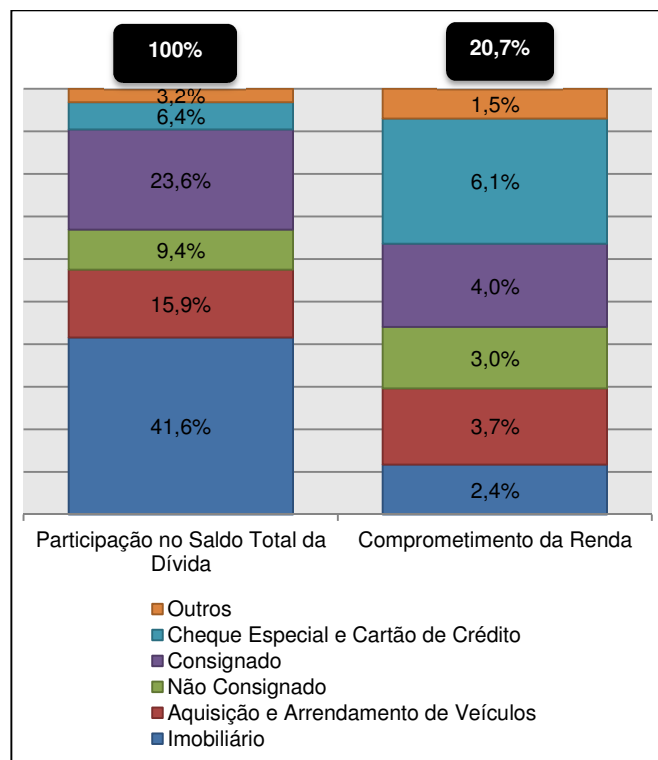
O maior peso sobre o orçamento das famílias está concentrado no crédito rotativo, composto por cheque especial e cartão de crédito. Tal segmento compromete 6,1% da renda. Os altos juros e o prazo demasiadamente curto são fatores

que causam essa condição. As taxas de juros cobradas na utilização do pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito estão em aproximadamente 13,8% ao mês, o que significa que, após 12 meses, uma dívida seria quase quintuplicada. No cheque especial, a taxa média é de 10,8%.

Tal perfil da dívida reforça o impacto do aumento da taxa básica sobre o orçamento das famílias, pois o maior peso da dívida se encontra no crédito rotativo, justamente a parcela mais sensível às flutuações dos juros. Se fossem adicionados os movimentos pró-cíclicos do *spread* bancário, a situação ficaria ainda mais preocupante para os consumidores endividados. A utilização dos instrumentos de empréstimo pré-aprovados, como cartão de crédito e cheque especial, pode-se tornar ainda mais frequente, caso seja considerada outra tendência atual: a contenção da massa salarial derivada da redução do emprego e da esperada dificuldade de reposição inflacionária nos salários.

Em suma, o perfil da dívida das famílias reforça a exposição a duas variáveis importantes no atual processo de ajuste: a taxa de juros e o emprego. Dessa forma, apesar de outros estudos não indicarem um risco sistêmico para as instituições financeiras, aponta-se um impacto importante sobre o orçamento familiar.

Composição do saldo da dívida das famílias e comprometimento de sua renda no Brasil — maio/15



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco Central do Brasil.

NOTA: Embora se tenha procedido conforme a metodologia descrita pelo Bacen, o dado encontrado a partir da decomposição difere do indicador total publicado pela Instituição, que aponta um comprometimento da renda de 22,2% para o mesmo período. A correlação entre as duas séries é de 0,69.

Bruno Paim

Economista, Pesquisador da FEE

Apesar do ajuste, agricultura familiar continua prestigiada

O volume de recursos para operações de crédito voltadas às atividades da agricultura familiar, para a safra 2015/16, terá um acréscimo nominal de 20% relativamente à safra passada. Depois de um ano em que a oferta de recursos foi praticamente igual à do ano anterior, o volume maior para a safra atual parece atender às expectativas dos pequenos produtores.

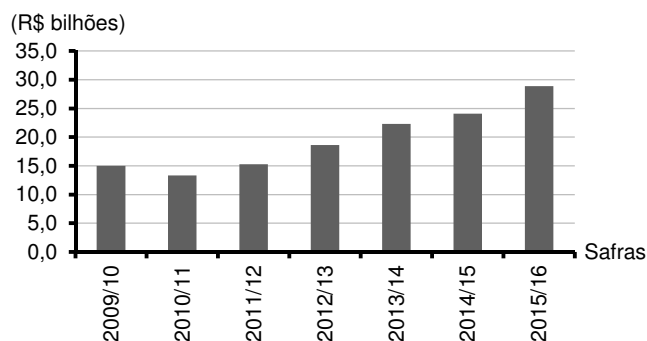
A quantia de R\$ 28,9 bilhões destinada aos empréstimos do próximo ciclo agrícola terá juros diferenciados. Desse total, 90% provêm do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o que significa afirmar que, para R\$ 26 bilhões, as taxas ainda terão juros reais negativos, mesmo diante do atual cenário de ajustes fiscais. As taxas reajustadas para as linhas de crédito de custeio e de investimento, que, no ano anterior, se situaram entre 0,5% e 4% ao ano, irão variar entre 2,5% e 5,5% ao ano, bastante abaixo, portanto, das taxas que vigoram hoje no mercado.

O restante dos recursos (R\$ 2,9 bilhões) terá taxas de juros maiores, de 7% a 7,5% ao ano, uma oferta de crédito que se enquadra melhor ao perfil de produtores de maior faturamento, como é o caso daqueles que operam com agroindústrias. O processo de integração produtiva, em que produtores estão mais fortemente submetidos à lógica operacional de agroindústrias, justifica essa diferenciação. Por outro lado, linhas de crédito para assentados da reforma agrária, mulheres e jovens, produtores do Semiárido, das florestas e da

agroecologia terão taxas com variações bem menores, entre 0,5% e 2,5% ao ano.

De qualquer modo, o montante de recursos e as taxas subsidiadas para a agricultura familiar indicam a determinação do Governo Federal, mesmo diante de dificuldades econômicas e políticas, em manter prioridades e dar um adequado tratamento às demandas da agricultura familiar brasileira.

Evolução da oferta de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) — 2010-16



FONTE: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Secretaria da Agricultura Familiar (SAF).

Elvin Maria Fauth
Economista, Pesquisadora da FEE

Evolução da taxa de atendimento da demanda por vagas no ensino superior

O acesso ao ensino superior é de fundamental importância por permitir o aumento da formação da mão de obra altamente qualificada, além de ser uma estratégia para elevar os ganhos do rendimento do trabalho. Pesquisas demonstram os impactos positivos sobre a remuneração da mão de obra de se possuir um diploma de nível superior. No relatório **Education at a Glance** (p. 150), publicado pela Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2011, constatou-se que, no Brasil, um portador de curso superior pode conseguir um aumento de, aproximadamente, 156% no seu salário relativamente a um trabalhador que possui apenas o ensino médio.

Para mensurar em que medida a oferta de vagas no ensino superior, no RS, atende à demanda, um indicador que pode ser utilizado é a taxa de atendimento da demanda por vagas (TADV), definida como o quociente entre o número de vagas no ensino superior (oferta) e o número total de inscritos (demanda). Taxas inferiores a 100% indicam que existe excesso de demanda. Um fato importante no cálculo desse indicador é a eventual sobreposição de inscrições. Essa situação ocorre quando um mesmo candidato se inscreve em instituições de ensino superior (IES) distintas, o que poderia levar à subestimação dos resultados. Assim, a análise deve considerar essa limitação relativa ao indicador.

A tabela informa a TADV nas IES por categoria administrativa, para os anos de 1991 e 2013, no Rio Grande do Sul e no Brasil. A TADV das IES federais do RS caiu aproximadamente pela metade no período, diminuindo de 14,2% em 1991 para apenas 7,0% em 2013. Esta última taxa indica que, nesse ano, de cada 100 candidatos inscritos para as IES federais gaúchas, a oferta foi de sete vagas nessas instituições. A razão para essa queda foi o crescimento muito maior,

no período, da demanda (543,1%) em relação ao aumento da oferta (214,5%). Esse excesso de demanda por vagas nas federais deve-se à gratuidade e à qualidade do ensino nessas IES, que, geralmente, têm os cursos mais bem avaliados pelo Ministério da Educação (MEC). Fenômeno idêntico ocorreu com a TADV das federais em nível nacional, que apresentou queda no período (-61,9%) e se reduziu para 5% em 2013.

No caso da TADV das IES privadas gaúchas, houve expressivo crescimento ao longo do período (71,1%), semelhante ao que ocorreu em nível nacional (68,8%). Isso pode ser explicado graças aos investimentos privados no ensino superior, aos recursos do Programa Universidade Para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Taxa de atendimento da demanda por vagas (TADV) nas instituições de ensino superior (IES), no RS e no Brasil — 1991-2013

CATEGORIA	TADV DO RS			TADV DO BRASIL		
	1991	2013	Δ%	1991	2013	Δ%
ADMINISTRATIVA						
Federal	14,2	7,0	-50,7	13,9	5,3	-61,9
Estadual	-	3,5	-	13,9	9,4	-32,4
Municipal	-	-	-	45,1	63,6	41,0
Privadas	45,4	77,7	71,1	36,5	61,6	68,8
Total	32,9	28,0	-14,9	26,0	28,7	10,4

FONTE: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep).

Lívio Luiz Soares de Oliveira
Economista, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — jan.-jun./15

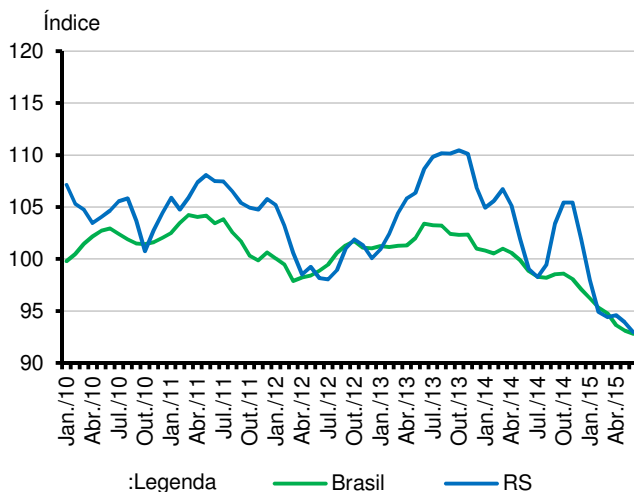
MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Jan./15	1,24	1,24	7,14	0,76	0,76	3,96
Fev./15	1,22	2,48	7,70	0,27	1,03	3,85
Mar./15	1,32	3,83	8,13	0,98	2,02	3,15
Abr./15	0,71	4,56	8,17	1,17	3,22	3,54
Mai./15	0,74	5,34	8,47	0,41	3,64	4,10
Jun./15	0,79	6,17	8,89	0,67	4,33	5,58

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-jun./15

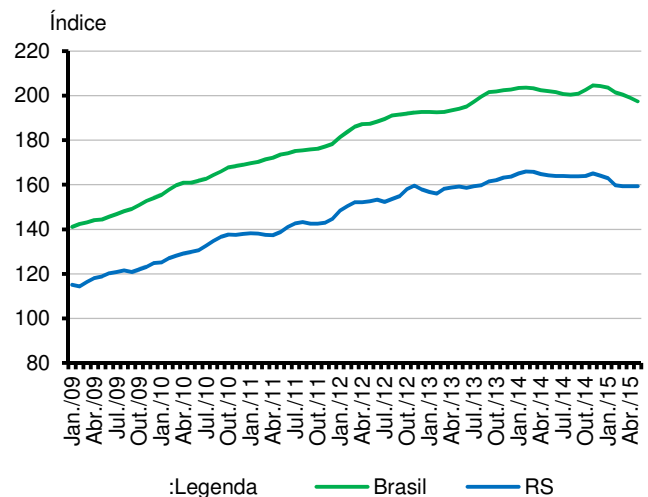


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.
3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jun./15



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — jan.-jun./15

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Jan./15	Fev./15	Mar./15	Abr./15	Mai./15	Jun./15		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	2,63	2,82	3,14	3,04	3,06	3,11	2,97	2,69
Taxa de câmbio efetiva real (3)	93,4	98,7	107,0	103,7	104,2	105,2	102,0	96,9
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	12,25	12,25	12,75	12,75	13,25	13,75	12,83	12,02
Superávit primário (% do PIB)	-4,56	0,51	-0,05	-2,82	1,42	1,94	-0,57	0,80
Balança comercial (US\$ milhões) (5).....	-3.341	-2.996	232	297	2.553	4.398	1.143	-1.482
Exportações (US\$ milhões) (5)	13.660	12.068	16.948	15.112	16.730	19.640	94.158	208.517
Importações (US\$ milhões) (5)	17.001	15.065	16.716	14.815	14.177	15.242	93.016	209.999
Transações correntes (US\$ milhões) (5)	-12.662	-7.124	-5.746	-6.862	-3.341	-2.547	-38.282	-93.058

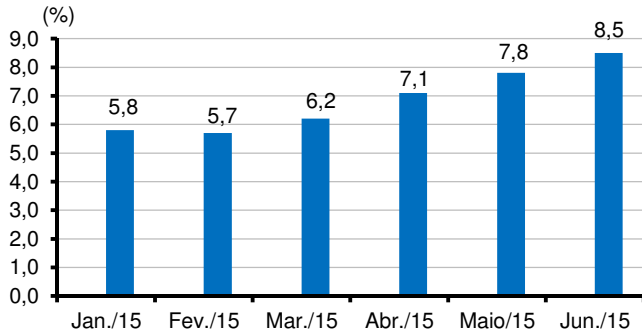
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês. (5) Dados divulgados segundo a nova metodologia do IBGE.

Carta de Conjuntura - Ano 24 nº 08

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Rio Grande do Sul — jan.-jun./15

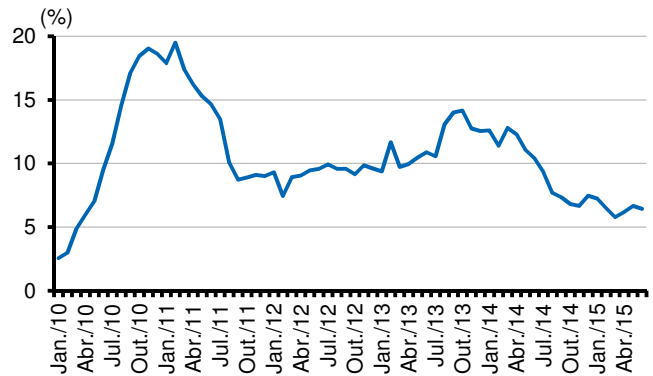


FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. A partir de julho de 2014 o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-jun./15



FONTES: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

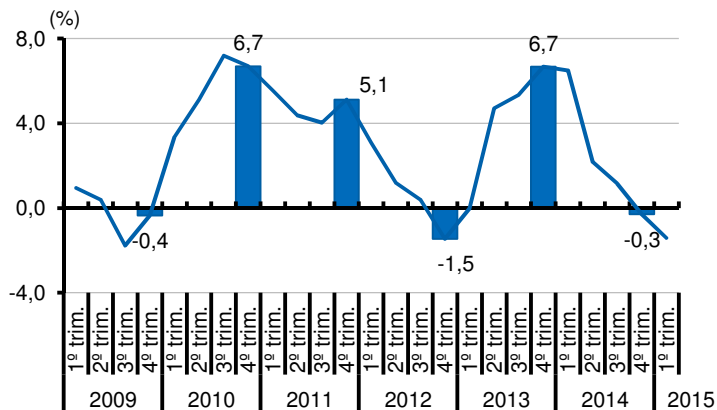
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — jan.-jun./15

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Jan./15	967	13.704	7,1	-10,5	-14,5	-1,0	-7,1	-9,6	-8,0
Fev./15	1.841	25.795	7,1	-12,5	-19,3	-4,0	-12,2	-8,8	-8,1
Mar./15	3.094	42.773	7,2	-5,2	-13,7	6,8	-4,4	-10,8	-9,5
Abr./15	4.740	57.929	8,2	-3,8	-16,4	10,1	-6,2	-11,8	-10,6
Mai./15	6.323	74.698	8,5	-8,4	-17,1	6,1	-5,6	-12,8	-11,7
Jun./15	8.050	94.326	8,5	-9,8	-14,7	5,3	-1,4	-13,4	-12,8

FONTES DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1º trim./09-1º trim./15

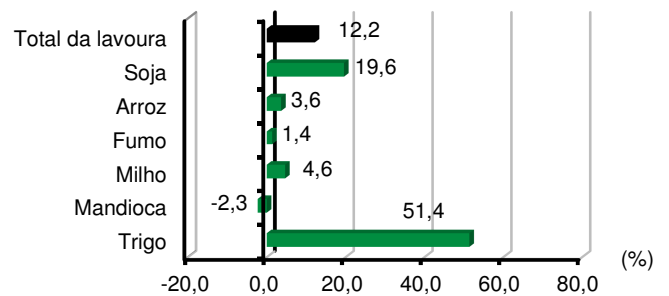


Legenda: ■ PIB do RS — PIB trimestral (RS)

FONTES: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — jun./15



FONTES: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCR.

Padrão de evolução das indústrias gaúcha e brasileira por intensidade tecnológica

Os resultados da Pesquisa Industrial Anual, divulgada, em junho de 2015, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram a evolução da estrutura industrial no Brasil e no Estado, entre 2007 e 2013. Nesse período, a indústria de transformação brasileira perdeu participação na estrutura do Valor da Transformação Industrial (VTI), caindo de 91,9% para 86,3%. No Rio Grande do Sul, a participação da indústria de transformação passou de 99,3% para 99,2%.

A partir da classificação por intensidade tecnológica, observam-se semelhanças no padrão de evolução das estruturas industriais do Estado e do País. Em 2013, 59,6% do VTI do RS estiveram concentrados em indústrias de baixa e de média-baixa tecnologia, enquanto, no Brasil, esse percentual alcançou 55,8%. No entanto, as indústrias de baixa tecnologia do Estado perderam participação no período, passando de 42,8% do VTI em 2007 para 40,8% em 2013. No País, a participação dessas indústrias passou de 28,8% para 30,5%. No RS, a queda ocorreu em quase todos os setores, com destaque para a indústria coureiro-calçadista, cuja participação passou de 8,3% para 6,8%. Já o segmento de fabricação de alimentos, de maior participação na estrutura industrial do Estado, aumentou de 14,2% para 15,7%. As indústrias de média-alta tecnologia apresentaram o maior ganho de participação na indústria gaúcha, entre 2007 e 2013, passando de 34,4% para 37,8%. Dentre os setores que mais contribuíram para essa expansão, destacam-se os de fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (de 9,7% para 13% do VTI) e o de máquinas e equipamentos (de 8,6% para 11,2%). Já as indústrias de alta tecnologia tiveram perda de participação tanto na estrutura industrial brasileira quanto na gaúcha. No Brasil, a participação dessas indústrias caiu de 6,3% para 5,4%, enquanto, no Estado, passou de 2,5% para 1,8%. Assim como no Brasil, a perda de participação dessas indústrias

no VTI do Estado ocorreu em quase todos os setores, com exceção da fabricação de instrumentos para uso médico e odontológico, que teve aumento de 0,2% para 0,3% (no País, de 0,3% para 0,4%).

Os resultados reforçam a hipótese da existência de um padrão inercial de evolução das estruturas industriais gaúcha e brasileira. Nesse padrão, os motores do investimento e do crescimento têm sido grupos industriais relacionados às *commodities* (minerais e agroindustriais) e indústrias representativas do antigo padrão tecnológico, cuja característica marcante tem sido a limitada potencialidade para desenvolver inovações capazes de proporcionar a elevação sustentada da produtividade.

Estrutura do Valor da Transformação Industrial, por intensidade tecnológica, das indústrias do Rio Grande do Sul e do Brasil — 2007 e 2013

ATIVIDADE INDUSTRIAL	RS		BR	
	2007	2013	2007	2013
Indústria extrativa	0,7	0,8	8,1	13,7
Indústria de transformação ..	99,3	99,2	91,9	86,3
Baixa tecnologia	42,8	40,8	28,8	30,5
Média-baixa tecnologia	19,6	18,8	30,3	25,3
Média-alta tecnologia	34,4	37,8	26,5	25,1
Alta tecnologia	2,5	1,8	6,3	5,4
INDÚSTRIA TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Industrial Anual. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

César S. Conceição
Economista, Pesquisador da FEE

Desempenho da indústria no Rio Grande do Sul e no Brasil, em 2015

De acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção física da indústria gaúcha decresceu 11,5% no acumulado de janeiro a maio de 2015, comparada com a do mesmo período do ano anterior. No Brasil, o decréscimo foi inferior (-6,9%).

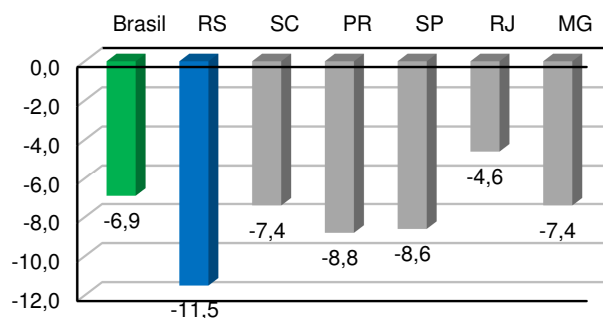
Vale destacar que a PIM divulga dados de produção tanto da indústria de transformação quanto da extrativa mineral. Contudo a pesquisa da extrativa não é realizada nos estados em que ela é pouco expressiva. Isso acontece com o RS, SC, o PR e SP, por exemplo. Já em outros estados, como MG e RJ, possuidores de uma indústria extrativa mineral significativa, a pesquisa é realizada também com a indústria extrativa.

A queda na indústria brasileira só não foi maior devido ao incremento da indústria extrativa no período (9,9%), visto que a indústria de transformação decaiu 9,0%. O mesmo fato ocorreu nos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. A indústria extrativa do RJ obteve incremento de 9,6%, enquanto, em MG, houve uma pequena queda (-0,1%), mas muito inferior àquela obtida pela indústria de transformação.

Entre os estados selecionados, o RS é o que possui o pior desempenho industrial no período analisado. Isso se deve, principalmente, ao fato de possuir uma atividade extrativa mineral muito pouco desenvolvida, além de a queda na sua indústria de transformação ser ainda superior à dos outros estados analisados. O decréscimo na atividade de máquinas e equipamentos (-24,8%) colabora sensivelmente nesse sentido. Essa atividade é bastante relevante para o Estado, e sua queda é muito superior às observadas nos outros estados analisados. No Brasil, essa atividade decaiu 11,0%.

O desempenho da atividade de veículos automotores também serve como justificativa para a baixa *performance* da indústria gaúcha em 2015. Essa atividade apresentou redução de 29,3% em sua produção física, no período considerado. Contudo essa queda é semelhante à ocorrida no Brasil, que obteve decréscimo de 22,3%. Portanto, o desempenho muito ruim dessa atividade pode ser considerado generalizado no País.

Taxa de crescimento percentual acumulada da indústria do Brasil, do RS e dos demais estados selecionados — jan.-maio/15



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Industrial Mensal (PIM). Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Vinícius Dias Fantinel
Economista, Pesquisador da FEE

Trajatória recente da taxa de lucro

A recente inflexão de trajetória da economia brasileira e seu contexto recessivo ameaçam a continuidade do processo de inclusão social observado no início do século XXI. Um componente relevante desse processo inclusivo foi a mudança na distribuição funcional da renda, que apresentou crescimento da parcela salarial ao longo do período. Essa mudança viabilizou-se por um contínuo crescimento econômico associado ao aumento dos salários reais.

Nessa perspectiva, um elemento importante para a análise de dinâmicas sustentáveis de crescimento é o comportamento da taxa de lucro da economia, esta entendida como o quociente entre a massa de lucros agregada e o estoque líquido de capital agregado. Genericamente, pode-se considerar que ambientes com taxas de lucro ascendentes são mais propensos ao crescimento econômico do que ambientes com taxas decrescentes. Isso se deve ao fato de que taxas de lucro crescentes, associadas à existência de demanda e de estabilidade institucional, constituem um campo mais fértil para o investimento privado. Ao mesmo tempo, existem indícios de que uma trajetória desse tipo da taxa de lucro aumente a tolerância de determinados agentes econômicos ao maior protagonismo estatal e à adoção de políticas redistributivas.

A taxa de lucro pode ser expressa como o produto de dois componentes: a parcela dos lucros sobre a renda (quociente entre o total de lucros ou excedente operacional e o Produto Interno Bruto (PIB)) e a produtividade do capital (quociente entre o PIB e o estoque de capital líquido). Através do Método do Inventário Perpétuo, é possível a construção de estimativas para o estoque de capital líquido da economia brasileira. Assim, estimam-se a taxa de lucro e seus componentes. Esse método caracteriza-se por utilizar os dados da Formação Bruta de Capital Fixo para, através de uma ponderação de vida útil média dos ativos fixos, realizar estimativas para o estoque de capital e a taxa de depreciação de ativos fixos da economia.

O gráfico apresenta estimativas para a taxa de lucro e seus componentes no Brasil, no período entre 2000 e 2014. Observa-se, entre 2002 e 2010, um crescimento suave da taxa de lucro agregada. A esse crescimento da taxa de lucro corresponde uma mudança no perfil da distribuição funcional da renda. A parcela dos lucros sobre a renda diminuiu, e, conseqüentemente, a dos salários sobre a renda cresceu. Nesse contexto, o crescimento da taxa de lucro foi devido à trajetória atípica da produtividade do capital.

Majoritariamente, observa-se que processos de crescimento econômico sustentáveis associam-se à queda da produtividade do capital, dado o investimento em novas plantas, máquinas, equipamentos e obras de infraestrutura. Isso não é observado na economia brasileira, no período entre 2002 e 2010.

Ao longo da primeira década do século, nota-se um aumento da produtividade do capital. Essa trajetória deriva de taxas de crescimento da economia superiores às do estoque de capital. Várias hipóteses podem ser formuladas a fim de explicar essa trajetória: a capacidade ociosa da economia na passagem do século XX para o XXI, a expansão do setor serviços e o ciclo internacional de expansão das *commodities*. Dessas causas, a última foi relevante, no sentido de que as alterações nos termos de intercâmbio entre a economia brasileira e o exterior possibilitaram uma trajetória favorável para os distintos grupos funcionais da sociedade brasileira, ao melhorar a posição externa do País. Essa trajetória foi ainda

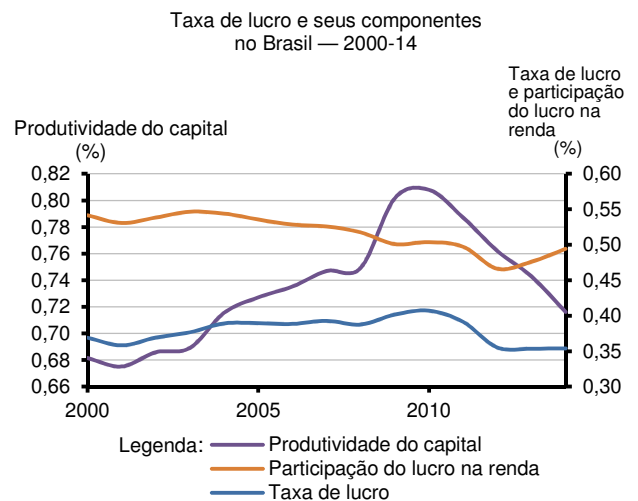
retroalimentada pelo ativismo estatal, pelas políticas redistributivas e pela expansão de crédito. É relevante ressaltar que esse processo parece ter sido importante para a relativa harmonia social em que ocorreu a redução da parcela dos lucros da economia.

A partir de 2011, as taxas de crescimento do PIB tornaram-se mais modestas. Houve uma inflexão na trajetória da produtividade do capital. Ressalte-se que as causas dessa inflexão devem-se mais à redução da magnitude das taxas de crescimento do que a uma expansão do estoque de capital. Ao mesmo tempo, a parcela dos lucros permanece em queda, o que equivale à manutenção de políticas distributivas e de valorização dos salários. A consequência dessa nova dinâmica é uma queda na taxa de lucro.

Em 2013, a taxa de lucros estabilizou-se no menor patamar em uma década. Esse ano também parece marcar uma nova trajetória da distribuição funcional da renda, pois a parcela dos lucros passou a crescer, enquanto a dos salários na renda se contraiu. Essas tendências permaneceram em 2014.

A perspectiva para 2015 e 2016 é a de que esse processo conduza à recuperação da trajetória de crescimento da taxa de lucro em condições distintas das observadas ao longo da última década. Nesse sentido, as indicações são de que, no contexto de ajuste fiscal promovido pelo Governo Federal, a trajetória da produtividade do capital continuará em queda, dadas as baixas (ou nulas) taxas de crescimento do PIB previstas. Ao mesmo tempo, o quadro recessivo de aumento do desemprego e de queda dos salários reais tende a continuar reduzindo a participação do salário na renda, o que implica aumento da participação dos lucros.

O desafio reside em que a economia do País retome uma trajetória virtuosa. Para tanto, o crescimento econômico, aliado ao aumento da produtividade do trabalho e à queda saudável da produtividade do capital através de investimentos em capacidade produtiva, é fundamental. A necessidade de investimentos na área de infraestrutura pode constituir-se em oportunidade para a retomada do crescimento com a conseqüente manutenção dos progressos sociais observados no Brasil do século XXI.



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: A partir de 2012, as estimativas das participações dos salários e dos lucros têm como fonte a Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Alessandro Donadio Miebach
Pesquisador em Economia da FEE

A cadeia do audiovisual no Rio Grande do Sul

A economia criativa pode ser considerada uma das novas fronteiras do crescimento. Em 2010, o Programa das Nações Unidas Para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) concluiu que “[...] as indústrias criativas estão entre os setores mais dinâmicos da economia mundial e oferecem grandes e novas oportunidades de crescimento para os países em desenvolvimento” (<unctad.org/en/Docs/ditctab20103_en.pdf>). Em 2011, mesmo nos marcos da crise internacional, as exportações mundiais de bens e serviços criativos chegaram a US\$ 624 bilhões, mais que o dobro de 2002, com um crescimento médio de 14% ao ano. E esse crescimento não se concentra no âmbito dos países desenvolvidos. Considerando apenas os bens criativos, as exportações provenientes dos países em desenvolvimento chegaram a US\$ 176 bilhões nesse período, 43% do comércio total, que foi de US\$ 406 bilhões.

O Brasil exportou US\$ 6,3 bilhões em serviços e US\$ 1,22 bilhão em bens criativos, em 2008. A indústria criativa movimenta mais de R\$ 381,3 bilhões ao ano, 16,4% do Produto Interno Bruto. No caso do Rio Grande do Sul, um estudo realizado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), de Valliati e Wink Jr., estabeleceu “[...] uma estimativa de que, em 2010, o valor da indústria criativa do RS tenha correspondido a R\$ 6,3 bilhões” (<www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140312mapeamento-da-industria-criativa-no-rs.pdf>). O aproveitamento desse potencial depende da capacidade de formular políticas públicas que fortaleçam a competitividade da produção local nos mercados nacional e internacional. Das diversas cadeias que compõem a economia criativa, a do audiovisual é uma das que têm maior potencial no RS, na medida em que já dispõe de uma estrutura institucional organizada, políticas públicas em operação e capacidade competitiva em escala nacional.

Essa cadeia, composta pelas atividades de produção, pós-produção, *marketing*, distribuição, exibição cinematográfica e de vídeo, assim como pelas atividades de televisão aberta e a cabo, além de todas as atividades conexas (aluguel de equipamentos, *catering*, cenografia, marcenaria, eletricidade, áudio, logística, etc.), tem ainda resultados colaterais positivos, como o incremento ao turismo. O RS já ocupa um espaço significativo no mercado brasileiro, sendo hoje o terceiro polo de produção audiovisual do País.

É importante considerar também as oportunidades que se abrem nos mercados nacional e internacional. A produção cinematográfica do País, segundo a Agência Nacional do Cinema (Ancine), passou de uma média de 22 filmes por ano no período 1995-2002 para uma média de 66 filmes por ano entre 2003 e 2012 e, atualmente, já ultrapassa 100 filmes por ano. As mudanças legais do período recente, através da Lei nº 12.485, segundo a qual as emissoras de televisão a cabo são obrigadas a cumprir uma “quota de tela” com conteúdos nacional e regional e com 50% desse conteúdo de produção

independente — isto é, fora do ambiente e dos quadros das emissoras —, abrem caminho para um grande crescimento da produção audiovisual brasileira.

O potencial de crescimento dessa cadeia pode ser medido pela disponibilidade de recursos em termos de fomento por parte do Governo Federal. Se forem considerados os recursos disponíveis em termos de captação por leis de incentivo, que é apenas uma pequena parte do financiamento da cadeia, pode-se constatar que, entre 1995 e 2012, foram investidos mais de R\$ 1,3 bilhão. No entanto, mais de 90% desses recursos concentraram-se no eixo Rio-São Paulo. O RS, mesmo sendo o terceiro polo produtor, acessou menos de 3% dos recursos disponíveis.

Um levantamento da cadeia audiovisual realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) identificou 1.951 empresas na cadeia produtiva do audiovisual do Estado, gerando 5.841 empregos formais diretos, sem contar os temporários, mais numerosos, envolvidos na produção de cada projeto. Além disso, é importante considerar que os empregos criados tendem a ter uma remuneração acima da média do rendimento desses trabalhadores no mercado convencional, por seu alto grau de especialização. Esses dados são uma amostra da importância da cadeia produtiva do audiovisual. A existência de políticas públicas em nível estadual, que articulam as ações do setor privado, das universidades e do Governo, sinaliza a possibilidade de crescimento e consolidação desse setor da economia criativa no RS.

Recursos captados via leis de incentivo nacional por unidades federativas do Brasil — 1995-2012

UNIDADES FEDERATIVAS	Títulos Lançados	DISTRIBUIÇÃO	
		Total Captado	
		Valor (R\$)	%
RJ	468	849.418.723,48	63,2
SP	277	397.436.031,10	29,5
RS	39	38.344.812,64	2,8
MG	24	19.839.239,94	1,4
DF	13	9.544.792,12	0,7
PR	11	8.036.604,00	0,6
CE	12	5.746.536,01	0,4
PE	12	4.946.258,00	0,3
BA	12	4.937.965,82	0,3
SC	8	3.978.873,00	0,3
ES	2	1.191.970,98	0,1
MT	2	599.564,75	0,1
TOTAL	880	1.344.021.371,84	100,0

FONTE: Ancine.

Tarson Núñez
Cientista Político, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 03.08.15).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.

**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes

Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Thomas Hyeono Kang e Vancler Zanin

Núcleo de Dados: Renan Xavier Cortes (Coord.) e Pedro Kanopf Oliveira

Revisão: Mateus da Rosa Pereira e Valesca Casa Nova Nonnig

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
 CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br